



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Aos dez dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Deputado Marcos Vieira, os membros da Comissão: Deputado Fernando Krelling, Deputado Jerry Comper, Deputado Milton Hobus, Deputado Sargento Lima, Deputado Bruno Souza, Deputado Marcius Machado e a Deputada Luciane Carminatti. Também foi registrada a presença dos seguintes convidados: Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Paulo Eli; Secretária-Adjunta da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, Senhora Michele Patrícia Roncalio; Contador-Geral do Estado, Senhor Jefferson Fernando Grande; e as Assessoras de Comunicação na Secretaria de Estado da Fazenda, Senhora Sarah Berkenbrock Goulart e Senhora Michelle Nunes. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 10ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado Marcos Vieira informou sobre modificações que serão feitas no parecer final do PL./0140.1/2020, de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021 e estabelece outras providências, após constatarem um equívoco, motivo pelo qual o parecer será relatado na próxima reunião desta comissão. Em seguida, o deputado Fernando Krelling relatou o PL./0180.9/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores - febre amarela "Aedes albopictus" e dengue "Aedes aegypti" no Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza e do Deputado Sargento Lima. O deputado Milton Hobus relatou as seguintes matérias: PDL./0004.7/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, que altera o Decreto Legislativo nº 18.332, de 2020, que "Declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000"; exarou parecer favorável do relator, deputado Luiz Fernando Vampiro, nos termos da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer. PL./0005.6/2020, de autoria do Governo do Estado, que altera os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 15.953, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) e estabelece outras providências; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Deputado Sargento Lima,



relatou o PL./0526.4/2019, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a gestão associada de serviços públicos para a criação e implantação de Consórcio Intermunicipal de Saúde relacionado com a prestação de serviços públicos de interesse comum, na função, área e setor da saúde, e adota outras providências; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado, Deputado José Milton Scheffer e Deputada Luciane Carminatti. Ato contínuo algumas deliberações extrapauta foram colocadas em discussão, o Deputado José Milton Scheffer relatou as seguintes matérias: PL./0166.0/2020 de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que acrescenta o art. 9º à Lei nº 17.681, de 2019, que “Dispõe sobre a criação do Sistema Cicloviário no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”; apresentou requerimento de diligenciamento à FECAM (Federação Catarinense de Municípios), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e concedida vista em gabinete ao Deputado Sargento Lima. PL./0122.0/2020 de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instruir o Dia Estadual do Conselheiro Comunitário de Segurança, como forma imediata de incentivar agentes comunitários na operacionalização de medidas de prevenção ao contágio do coronavírus (COVID-19); exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a secretária-adjunta da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, Senhora Michele Patricia Roncalio começou a apresentação do Relatório do último quadrimestre de 2019 e 1º quadrimestre de 2020. Como resultado orçamentário, o último quadrimestre de 2019 apresentou um superávit de 160 milhões em relação ao exercício anterior (2018) que havia apresentado déficit de 1,19 bilhões; e em relação ao 1º quadrimestre de 2020 o resultado apresentou até o momento, um superávit de novecentos e oitenta milhões e, em comparação com o mesmo período do ano anterior (2019) que apresentou 1,09 bilhões. Em relação à arrecadação de receitas, no último quadrimestre de 2019 ocorreu variação entre os períodos na Receita Bruta de 9,7% e na Receita Líquida de 9,5%; já no 1º quadrimestre de 2020 a variação entre os períodos na Receita Bruta foi de 1,8% e na Receita Líquida de 2,2%. A variação da Arrecadação Própria no último quadrimestre de 2019 foi positiva em 11,2% em relação ao mesmo período do ano anterior e em compensação as transferências da União caíram em 2019 em relação ao exercício anterior (2018). Em relação ao 1º quadrimestre de 2020, a variação da Arrecadação Própria foi de 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior e nas transferências da União teve aumento de 0,9%. Em relação à Arrecadação de Receitas Próprias (ICMS/IPVA/ITCMD/TAXAS) do exercício de 2019, o Estado de Santa



Catarina ocupa a 7ª colocação em relação aos demais estados brasileiros e o Distrito Federal. Os indicadores da receita em 2019 finalizaram em 25,09 bilhões de Receita Corrente Líquida, 22,25 bilhões de Receita Líquida de Impostos e 18,12 bilhões de Receita Líquida Disponível; já em relação ao 1º Quadrimestre de 2020 apresentou 8,29 bilhões de Receita Corrente Líquida, 7,48 bilhões de Receita Líquida de Impostos e 6,08 bilhões de Receita Líquida Disponível. Em relação aos Repasses Obrigatórios aos Poderes do Estado, o último quadrimestre de 2019 comparado a 2018 apresentou acréscimo de 10,4%. Em relação ao Orçamento versus a Execução de despesas de 2019, apresentou 28,27 bilhões (Despesas Fixadas na LOA) mais 3,75 bilhões (Créditos Adicionais) somando 32,02 bilhões (Despesas Totais Autorizadas); as Despesas Executadas Empenhadas foi de 28,04 bilhões, enquanto as Despesas Executadas Liquidadas de 27,26 bilhões. As Despesas Empenhadas por Poderes e Órgãos em 2019 foram: Defensoria Pública (acrécimo de 25,5% bi), Ministério Público (acrécimo de 4,5% bi), Legislativo (acrécimo de 0,8% bi), Judiciário (economia de 0,4% bi), RPPS (acrécimo de 5,8% bi) e Executivo (acrécimo de 4,2% bi). Em relação às Despesas Empenhadas por área no Executivo em 2019: Previdência Social (acrécimo de 6,2% bi), Educação (acrécimo de 12,7% bi), Saúde (economia de 5,2% bi), Segurança Pública (acrécimo de 1,7% bi) e Demais Áreas (acrécimo de 3,6% bi). Em relação ao total das Despesas do Exercício Pagas em Saúde no ano e 2019, ocorreu acréscimo de 3,5% milhões. Em relação as Despesas Empenhadas por Área no 1º quadrimestre de 2020: Previdência Social (acrécimo de 4,4% bi), Educação (acrécimo de 1,6% bi), Saúde (14,8% bi), Segurança Pública (economia de 6,7% bi) e Demais Áreas (3,9% bi). Em relação as Despesas Empenhadas por Grupo em 2019 resultaram em: Pagamento da Dívida (acrécimo de 9,9% bi), Investimentos (economia de 15,9% bi), Manutenção dos Serviços Públicos (acrécimo de 4,8% bi) e Folha de Pagamento (acrécimo de 5,0% bi, sendo proporcionalmente 4,1% dos servidores Ativos e 6,3% dos servidores Inativos). Em relação ao Crescimento da Despesa versus Taxa de crescimento real do PIB SC e IPCA, em 2019 ocorreu acréscimo de 4,1% sendo o menor acréscimo desde 2010; IPCA acréscimo de 4,3% e acréscimo do PIB SC de 3,8%. Sobre a Despesa com Pessoal conforme a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), o 3º quadrimestre de 2019 apresentou em relação ao Poder Executivo, 45,75%, sendo que no 3º quadrimestre de 2018 o resultado foi de 48,76% e no 3º quadrimestre de 2017 49,73%; o 3º quadrimestre ficou acima do Limite de Alerta (44,10%), abaixo do Limite Máximo Legal (49,00%) e do Limite Prudencial (46,55%). Já o 1º quadrimestre de 2020 teve como resultado 46,05%; ainda sobre a folha de pagamento do executivo, o último quadrimestre de 2019 apresentou acréscimo de 4,6% bilhões em relação ao exercício anterior (2018). Sobre os Mínimos Constitucionais o último quadrimestre de 2019



aplicou 24,17% sem Inativos, 27,20% com Inativos sendo a aplicação efetiva em educação em 5,38 bilhões; a Receita Líquida de Impostos cresceu 10,25% e as Despesas efetivas 13,81%. Sobre a aplicação em saúde, o último quadrimestre de 2019 apresentou 12,99% da Receita Líquida Empenhada e 3.013 milhões. Em relação à aplicação em Segurança Pública do último quadrimestre de 2019 ocorreu aumento de 1,8% milhões com Pessoal e Encargos Sociais; 2,1% milhões com Manutenção dos Serviços Públicos e apresentou uma economia de 19,5% milhões em Investimentos. Aplicação em Administração Prisional e Socioeducativa, em relação ao último quadrimestre de 2019, ocorreram aumento de 15,3% milhões em com Pessoal Ativo, 3,2% com Manutenção dos Serviços Públicos e apresentou uma economia de 38,4% milhões em Investimentos; ainda em relação aos Investimentos do Executivo, proporcionalmente, ocorreram aumentos nas Receitas Próprias (157,8% mi), Outras Fontes (17,4% mi) e economia nas Operações de Crédito de 59,4% milhões. Sobre a previdência estadual (RPPS) o último quadrimestre de 2019 apresentou Receita previdenciária de 2,71 bi; Despesa previdenciária de 6,82 bi resultando num Déficit previdenciário de 4,11 bi; sendo que a Despesa Previdenciária se divide em: 40% Inativo Civil; 31,3% Inativo Educação; 21,6% Inativo Militar e 7,1% Inativo Saúde. No tocante ao Resultado Primário e Nominal de 2019, o Resultado Primário foi de 1,99 bilhão e o Resultado Nominal de 1,04 bilhão. Sobre a Dívida Consolidada Líquida o limite em dezembro de 2019 foi de 80,29% RCL, e no 1º quadrimestre de 2020 de 80,68% RCL, ambos em bilhões de reais. Das Operações de Crédito e Garantias em dezembro de 2019 foi de 0,62% RCL, e no 1º quadrimestre de 2020 de 0,00% RCL (Operações de Crédito); já sobre as Garantias e Contragarantias em 2019 finalizou em 0,70% RCL e no 1º quadrimestre de 2020 de 4,40% RCL. Em relação aos Restos a Pagar em 2019 o Executivo finalizou em 564,38 milhões Pagos, sendo que o Saldo de Restos era de 944,53 milhões; e Consolidado em 604,61 milhões Pagos de 1.017,61 milhões do Saldo de Restos. Da mesma forma, em 2020 o Executivo finalizou em 754 milhões Pagos de 1.158 milhões do Saldo de Restos; e Consolidado em 807 milhões Pagos de 1.246 milhões do Saldo de Restos. Sobre o Teto de Gastos em dezembro de 2019, tinha Empenhado 102,5% (restando 609 mi) e Liquidado 100,2% (restando 56 mi) em milhões de reais tem-se: Teto Projetado (23.924 mi), Liquidado (23.980 mi) e Empenhado (24.533 mi). Sobre a disponibilidade de Caixa do Executivo em 2019, tem-se: Disponibilidade de caixa bruta (2,46 bi), Total de obrigações (1,40 bi) resultando na Disponibilidade financeira em 1,06 bilhão, no entanto, essa disponibilidade encontra-se vinculada aos Restos a pagar (647,59 mi), Consignações (108,98 mi) e Outros Passivos financeiros (103,58 mi) apresentando um déficit de 509,65 milhões. Sobre os Pagamentos de Precatórios em 2019 finalizou em 418,00 milhões e no 1º quadrimestre de 2020 em 223,80 milhões. Sobre a posição do Estado de Santa



Catarina em relação aos demais estados, apresenta a 17ª colocação em “menor comprometimento da RCL com custeio”; 14ª colocação no gasto com pessoal; é o 5º maior estado no déficit previdenciário e 9º lugar em valores investidos. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes e encerrou a reunião. Eu, Jéssica Camargo Geraldo, secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 10 de junho de 2020.

Deputado Marcos Vieira
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação